



Temas Abordados: Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

PUBLICAÇÃO: 04/01/2019



Risco de desastre e prontidão para soluções de seguros: relatório de avaliação InsuRisk 2018

Este relatório é a atualização de 2018 da Ferramenta de Avaliação de Soluções de Risco e Prontidão para Seguros (InsuRisk Assessment Tool) e avalia o clima e o risco de desastres dos países parceiros, bem como a sua disponibilidade para acomodar seguros de risco e outras soluções de transferência de risco.

Em preparação para a COP24 em Katowice, Polônia, o protótipo inicial do InsuRisk Assessment Tool foi atualizado usando os dados de alta qualidade mais recentes. No geral, os dados de 32 do total de 53 indicadores (60%) foram atualizados com base nos dados recém-disponíveis. Além disso, a metodologia para a construção do índice também foi ligeiramente atualizada. Para a versão de 2018, foram utilizados valores mínimos e máximos globais para cada indicador, permitindo, assim, mudanças na seleção dos países-alvo no futuro, garantindo que as pontuações dos índices dos países individuais não sejam alteradas. Essa abordagem facilita comparações de cronograma no futuro, em apoio ao rastreamento do progresso dos países em relação à redução de risco e suas melhorias na prontidão para acomodar soluções de transferência de risco.

Em 2017, o Secretariado da InsuResilience contratou o Instituto de Meio Ambiente e Segurança Humana da UN UN-EHS e Parceiros de Impacto Social para desenvolver um conceito e uma metodologia que forneçam informações transparentes e comparáveis sobre a vulnerabilidade dos países aos riscos climáticos e de desastres e sua prontidão para acomodar soluções de seguros. Essas informações devem fornecer orientação para a priorização de ações dentro da Parceria Global da InsuResilience e adaptar o suporte a possíveis países parceiros.

FONTE: https://collections.unu.edu/eserv/UNU:6679/Online_InsuRiskFactsheet_DinA4_181206.pdf

Incêndios florestais: desencadeando políticas de incêndio na UE

Este documento analisa criticamente os resultados da investigação da UE sobre incêndios florestais, com vista a explorar a adaptação de políticas para enfrentar os novos desafios impostos pelos megafires. A análise demonstra que a investigação financiada pela UE estimulou os avanços no conhecimento sobre o fogo, a gestão operacional e os mecanismos de apoio à decisão, reforçando simultaneamente a cooperação entre os principais intervenientes. A revisão destaca áreas específicas para melhoria.

A análise dos conhecimentos, metodologias e tecnologias produzidas nas últimas duas décadas abre novas perspectivas para a gestão do risco de incêndio florestal frente às mudanças climáticas e ambientais, tendências sociais e culturais e dinâmicas de crescimento. Com base nas conclusões da revisão e nas conclusões de um workshop de múltiplas partes interessadas, surgiram recomendações-chave para um diálogo mais amplo entre os atores-chave para melhorar o gerenciamento do risco de incêndio florestal na Europa.

FONTE: https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/181116_booklet-forest-fire-hd.pdf



Centro Universitário de Pesquisas Climáticas é lançado em Patos de Minas

O local vai contribuir para a realização de pesquisas e estudos sobre as mudanças climáticas e desastres naturais.

Por G1 Triângulo Mineiro

Na quinta-feira (22) foi lançado o Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres e Mudanças Climáticas (Ceped) em Patos de Minas. Segundo a Prefeitura, o programa vai auxiliar na redução e prevenção de desastres ambientais.

Também foi apresentado o número emergencial da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (Compdec) do Município, o 199.

O centro climatológico vai contribuir para a realização de pesquisas e estudos sobre as mudanças climáticas e desastres naturais. O diretor-geral do Ceped, capitão Arthur

Ferreira, disse que para manter as pesquisas foi criado o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil (Fumpdec), através da Lei Municipal 7.629/2018.

As universidades públicas e particulares, os centros de pesquisas e tecnológicos que têm projetos sobre o assunto, podem colaborar com estudos e trabalhos voltados para as ações preventivas de riscos no Alto Paranaíba e Noroeste.

Criado através do Decreto 4.452 de 24 de abril de 2018, o Ceped integra três órgãos: Compdec, Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e o Centro Universitário de Patos de Minas (Unipam).

FONTE:<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2018/11/29/centro-universitario-de-pesquisas-climaticas-e-lancado-em-patos-de-minas.ghtml>



Uma cartilha sobre a pontuação de resiliência do NRC para as unidades do governo local (LGUs) nas Filipinas

Este documento é uma versão abreviada do Scorecard do National Resilience Council (NRC), que fornece uma introdução ao NRC e sua abordagem para alcançar a resiliência a desastres. A versão completa do Scorecard estará disponível a partir de fevereiro de 2019. Destina-se a unidades do governo local (executivos-chefes locais e agentes de gestão e redução de riscos de desastres).

O Scorecard serve para estabelecer os insumos de capacitação necessários pela LGU para capacitá-los a realizar os indicadores de desempenho e sustentar suas realizações para garantir a resiliência de seus sistemas de governo local.

O NRC é uma parceria público-privada baseada em ciência e tecnologia, baseada em evidências, que trabalha em direção a uma Filipinas mais resistente a desastres. Lançou o Sciel de Sistemas de Governo Local Resiliente em 23 de agosto de 2018 como um guia para os parceiros LGU do NRC para determinar sua preparação, adaptação e transformação em direção à resiliência.

FONTE:https://www.preventionweb.net/files/62647_62647aprimeronthenrcresiliencescore.pdf

Chefe política da ONU lista temas que devem ser monitorados pela Organização em 2019

Conforme o mundo e as Nações Unidas continuam lidando com crises políticas, a subsecretária-geral para Assuntos Políticos da ONU, Rosemary DiCarlo, analisou o cenário para este ano. Ela primeiramente explicou suas principais funções [no organismo internacional](#).

“Meu cargo é duplo. Primeiro, (existe) para ajudar a resolver conflitos e ajudar a prevenir conflitos. Nosso papel no Departamento de Assuntos Políticos – que em breve será Assuntos Políticos e de Construção de Paz – também é muito focado em prevenir conflitos. E nós trabalhamos em uma série de questões, muitas que não vão ao Conselho de Segurança. Nosso objetivo é ajudar a resolvê-las antes mesmo de chegarem ao Conselho”.

“Eu cubro o mundo inteiro agora. Nunca, em minha carreira inteira, tive um trabalho em que tive que cobrir o mundo inteiro”, disse DiCarlo, em sua primeira entrevista ao UN News. “Como vice da Missão dos Estados Unidos para as Nações Unidas, trabalhei em muitas questões que foram apresentadas ao Conselho de Segurança”.

Seguem abaixo alguns dos principais temas na agenda política da ONU – em nenhuma ordem específica – para o próximo ano, de acordo com DiCarlo.

Iêmen

Imagens de crianças iemenitas desnutridas chocaram o mundo em 2018, conforme mais de 8 milhões de iemenitas agora estão à beira da fome, entre eles 1,8 milhão de crianças com menos de 5 anos.

A situação humanitária no Iêmen tem sido “horrível” dada a destruição, devastação e perda de vidas desde 2011, mas a ONU elogia o fato de os dois lados – o governo de Abdrabbuh Mansour Hadi e as forças houthi – terem se reunido na Suécia em dezembro para discutir um fim ao conflito.

Há atualmente monitores da ONU em solo (liderados pelo general holandês Patrick Cammaert) para ver se há violações do acordo de cessar-fogo na cidade portuária de Hodeida e para ajudar a abrir caminhos para que a assistência possa ser entregue no porto e distribuída para outras partes do país.

DiCarlo também disse ao UN News que o acordo sobre um cessar-fogo é só o começo: “há muito mais a ser feito para resolver o conflito no Iêmen, mas este é um começo muito bom”.

Ela deu crédito aos escritórios do enviado especial Martin Griffiths pelo progresso feito até o momento.

Síria

Após quase oito anos de guerra, mais de 13 milhões de pessoas precisam de ajuda – incluindo 6,1 milhões que foram deslocadas internamente e 5,5 milhões que vivem como refugiadas em Iraque, Jordânia, Líbano e Turquia.

Junto a estes números do Escritório das Nações Unidas de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), considere este: 66% das crianças na Síria perderam um ente querido, tiveram suas moradias danificadas ou sofreram ferimentos relacionados a conflitos.

“A Síria está conosco há um longo período e nós não avançamos de verdade em direção a um processo político, mas nossa intenção é continuar apoiando estes esforços”, disse DiCarlo.

A partir de janeiro, esforços liderados pela ONU em negociações diplomáticas serão comandados por Geir Pedersen, que sucede Staffan de Mistura.

As discussões mais recentes têm sido sobre criar uma Constituição nova e mais inclusiva na Síria pós-guerra, que tem sido o foco de consultas intensas entre três partes envolvidas no futuro sírio – Irã, Rússia e Turquia.

Há ainda fatos novos, incluindo o anúncio mais recente de que os Estados Unidos estão retirando suas tropas da Síria, e o que isto significa para o conflito e para o destino das pessoas afetadas.

Crise de refugiados rohingya

“Nós não vimos progresso, não vimos condições que são apropriadas para refugiados retornarem, tanto em termos de plano físico quanto em termos de garantias políticas”, disse DiCarlo ao UN News sobre a situação de refugiados rohingyas que fugiram de Mianmar para Bangladesh.

Sob o acordo feito entre os dois países, milhares de refugiados que começaram a fugir em agosto de 2017 iriam voltar a Mianmar em novembro. Mas nenhum queria voltar por medo do Exército do país, acusado de cometer genocídio.

A ONU nomeou uma enviada especial para trabalhar com o governo de Mianmar, com objetivo de melhorar a cooperação na resposta ao conflito. Christine Schraner Burgener se encontrou com Aung San Suu Kyi e outras autoridades seniores. A função de Burgener é trabalhar com o governo para tentar resolver problemas e ajudar o governo a colocar em vigor um plano para retorno de refugiados, disse DiCarlo.

Colômbia

Em 2016, combatentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) entregaram suas armas após 50 anos de conflito sangrento que matou mais de 260 mil pessoas e deslocou cerca de 7 milhões.

DiCarlo visitou a Colômbia no começo de dezembro e se encontrou com alguns ex-combatentes que agora são parlamentares, costureiros, padeiros e professores.

“As Nações Unidas deram a estas comunidades ajuda para desenvolver meios de subsistência para que pudessem se afastar das atividades anteriores”, disse. “Vi uma série de (ex-combatentes das) FARC agora no legislativo e estou muito orgulhosa de um grupo que está tomando decisões sobre o futuro do país”.

A ONU diz que o processo de reintegração teve progressos, mas continua complexo. “É um trabalho constante e há um caminho a ser seguido, mas acho que as Nações Unidas podem ter orgulho do papel desempenhado na ajuda para criação de um acordo, mas também na verificação da implementação deste acordo”.

Como parte de um acordo de paz, uma câmara especial está analisando crimes que ocorreram durante o conflito e uma comissão da verdade criada em maio espera ajudar vítimas a superarem traumas.

A opinião sobre se estas medidas irão ajudar na justiça “é dividida”, disse DiCarlo.

“Há também um senso de gratidão extrema por parte de muitas pessoas, porque a violência que viam antes acabou. Embora haja violência de alguns grupos criminosos que entraram. Será um processo de longo prazo”, disse DiCarlo.

FONTE: https://dpa.un.org/sites/default/files/mya_2017_ar_screen_19mar18.pdf



Especialistas da ONU expressam preocupação com proposta da União Europeia sobre terrorismo online

Especialistas de direitos humanos da ONU expressaram preocupação com uma proposta de regulação da União Europeia que visa a prevenir a disseminação online de conteúdo terrorista. Relatores solicitaram em dezembro último que o bloco garanta o alinhamento da medida a padrões de direitos humanos.

“Reconhecemos a necessidade de prevenir a disseminação de conteúdo terrorista online”, disseram os especialistas. “Contudo, temos sérias preocupações quanto ao fato de que a definição excessivamente ampla da proposta sobre o que constitui ‘conteúdo terrorista’ possa incluir formas legítimas de conteúdo.”

“A definição, tal como está, poderia abranger formas legítimas de expressão, como reportagens conduzidas por jornalistas e organizações de direitos humanos sobre as atividades de grupos terroristas e sobre medidas contraterrorismo tomadas pelas autoridades”, afirmaram os relatores em [carta enviada à União Europeia](#) em dezembro último (7).

O documento lista as preocupações dos especialistas e recomenda mudanças para a proposta.

Segundo os relatores, a nova legislação, junto com a ameaça de penalidades em caso de descumprimento, resultaria provavelmente na remoção dentro das plataformas de conteúdos que estão dentro da lei.

A liberdade de expressão é um pré-requisito para a promoção efetiva e a proteção de uma ampla gama de direitos humanos, incluindo direitos que não podem ser legalmente limitados, como a liberdade de opinião, disseram os especialistas.

“Portanto, por uma questão de princípio, as limitações à liberdade de expressão devem permanecer como a exceção e devem ser aplicadas estritamente de modo a ‘não colocar em risco o direito em si’.”

“Mas nossas preocupações vão além de definições”, acrescentaram os especialistas. “A proposta pode levar a infrações do direito ao acesso à informação, liberdade de opinião, expressão e associação e poderiam impactar os processos políticos e de interesse público interligados.”

Os relatores apontaram ainda que o melhor meio de impedir que plataformas na Internet sejam usadas para propósitos terroristas é a atuação conjunta de autoridades e provedores, usando o direito internacional de direitos humanos e o enquadramento definido pelos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos.

“Lamentamos que a proposta falhe em exigir que as empresas desenvolvam termos de serviço e padrões de comunidade para a regulação de conteúdo em acordo com padrões de direitos humanos”, afirmaram os especialistas.

“Permitindo que as autoridades solicitem a atores privados a remoção de conteúdo que as autoridades não podem, elas mesmas, remover, de maneira compatível com padrões de direitos humanos, a proposta cria uma ‘rota de fuga’ do monitoramento dos direitos humanos”, completa o pronunciamento.

Os relatores pediram com urgência um diálogo contínuo com o bloco europeu acerca da questão.

O posicionamento dos relatores foi assinado por Fionnuala Ní Aoláin, relatora especial sobre a promoção e proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais no contexto do combate ao terrorismo; David Kaye, relator especial sobre a promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e expressão; e Joe Cannataci, relator especial sobre o direito à privacidade.

FONTE:https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/soteu2018-preventing-terrorist-content-online-regulation-640_en.pdf

FONTE:<https://spcommreports.ohchr.org/TMResultsBase/DownloadPublicCommunicationFile?gld=24234>

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>